

**RE nos EDcl no AgInt nos EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM  
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 877.441 - SC (2016/0057352-2)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : RCS CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA  
**ADVOGADOS** : VALDEMIR TANNENHAUES E OUTRO(S) - SC004764  
CAETANO DIAS CORRÊA - SC020600  
**RECORRIDO** : RICCARDO SANTORO  
**REPR. POR** : MIRELLA VISENTIN IN SANTORO - INVENTARIANTE  
**ADVOGADO** : DURVAL KUEHNE E OUTRO(S) - SC003879

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por RCS CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1.139):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA E EMBARGADO. COTEJO ANALÍTICO E COMPROVAÇÃO DA SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO EMBARGADO E A JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO STJ.

1. Cuida-se, na origem, de ação rescisória fundada em alegação de prova falsa.

2. Os embargos não podem ser conhecidos pela divergência se o embargante não providencia o devido cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas ou semelhantes, nos termos do disposto no artigo 266, § 4º, do RISTJ.

3. Não cabem embargos de divergência quando o acórdão embargado encontra-se no mesmo sentido da jurisprudência consolidada deste Tribunal. Súmula 168/STJ.

4. Conforme a orientação firmada pela 2ª Seção desta Corte, é

incabível a ação rescisória fundada em prova falsa quando remanesce fundamento independente apto a ensejar a manutenção da decisão rescindenda (AR 5.655/PA, 2ª Seção, DJe 22/08/2017).

5. Agravo interno não provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 1.164/1.169.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.175/1.185), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 93, inciso IX; e 105, inciso III, da Constituição Federal, alegando, para tanto, "ausência de manifestação acerca de questões indispensáveis ao deslinde do conflito de interesses" (fls. 1.178/1.179).

Ademais, aduz que "o STJ, manifestamente, renunciou à sua função constitucional de instância de superposição jurisdicional no que tange à legislação federal infraconstitucional" (fl. 1.181).

Decorreu o prazo sem o oferecimento das contrarrazões, conforme certidão acostada à fl. 1.194.

É o relatório.

Decido.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO N. 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral.

(AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno nos embargos de divergência, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação

das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever a fundamentação do aresto (fls. 1.145/1.147):

A decisão agravada indeferiu liminarmente os embargos de divergência quanto ao paradigma oriundo da 3ª Turma devido à ausência de cotejo analítico e demonstração da similitude fática entre os arestos confrontados, bem como em razão da incidência da Súmula 168/STJ.

Pela análise das razões recursais ora apresentadas, contudo, verifica-se que a agravante não trouxe qualquer fundamento apto a modificar as conclusões do *decisum*.

De início, convém sublinhar que, diversamente do que sustenta a agravante, a controvérsia posta à apreciação nos embargos de divergência se relaciona, sim, ao cabimento da ação rescisória fundada em alegação de prova falsa quando a decisão rescindenda está apoiada em outras provas. Essa é a questão decidida no acórdão recorrido, do TJ/SC, e no acórdão embargado, da 4ª Turma deste Tribunal, apesar da insistência da agravante de que o tema seja decidido sob diverso enfoque.

A propósito, confirmam-se os fundamentos do acórdão embargado (e-STJ fls. 1.057/1.059):

"1. A parte argumenta que o julgado rescindendo baseou-se em prova falsa, o que autoriza sua rescisão, nos termos do art. 485, VI, do CPC/1973.

Na presente hipótese, a Corte local rejeitou a pretensão rescisória, eis que as conclusões exaradas no julgado que se pretende desconstituir não advieram exclusivamente da prova que a parte quer ver reconhecida como falsa.

Por oportuno, destaco o seguinte trecho do acórdão *a quo, in verbis*:

[...]

A jurisprudência do STJ possui entendimento segundo o qual não há falar em procedência da ação rescisória com base no art. 485, VI, do CPC/1973, quando remanesce fundamento independente apto a ensejar a manutenção do aresto rescindendo, como ocorreu na presente hipótese.

A propósito:

[...]

É de rigor, portanto, a manutenção da decisão agravada".

Feito esse breve esclarecimento, ressoa nítido que, ao tentar a apreciação da questão sob outra ótica, não conseguiu a agravante proceder ao cotejo analítico entre os acórdãos supostamente dissonantes, apontando, individual e especificamente, as circunstâncias que identificam ou assemelham as respectivas hipóteses, de modo a exigir a mesma solução jurídica. É dizer, a demonstração analítica da similitude fática ficou prejudicada porque, ao fim e ao cabo, os julgados embargado e paradigmas decidiram questões distintas.

De todo modo, ainda que superado o mencionado óbice formal, os embargos de divergência não merecem mesmo ser processados, haja

vista que, de fato, a orientação adotada no acórdão embargado alinha-se à jurisprudência da 2ª Seção deste Tribunal, no sentido de que é incabível a ação rescisória fundada em prova falsa quando remanesce fundamento independente apto a ensejar a manutenção da decisão rescindenda.

Nesse sentido, o seguinte precedente:

**AÇÃO RESCISÓRIA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ALTERAÇÃO DO TERMO FINAL DOS LUCROS CESSANTES. CONDENAÇÃO SUPOSTAMENTE FUNDADA EM PROVA FALSA E VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVOS DE LEI. ARTS. 485, V E VI, DO CPC/1973. AÇÃO RESCISÓRIA IMPROCEDENTE.**

1. Pedido desconstitutivo de decisão desta Corte que, reformando parcialmente acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, fixou como termo final do pagamento dos lucros cessantes o encerramento das atividades comerciais da autora. 2. "A rescisão de julgado com base em falsidade de prova deve considerar o nexo entre essa prova e a decisão, bem como se remanesce fundamento diverso independente a subsidiar o v. acórdão rescindendo" (AR 3.553/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 6/4/2010).

3. Não configurada a hipótese do art. 485, VI, do CPC, uma vez que o julgado não se fundou em prova com conteúdo supostamente falso, remanescendo fundamento diverso a ensejar a sua manutenção.

4. A viabilidade da ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei pressupõe violação frontal e direta da literalidade da norma jurídica, o que não ocorreu no caso dos autos.

5. A ação rescisória não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, sendo cabível, excepcionalmente, apenas nas hipóteses previstas em lei.

**6. DEMANDA RESCISÓRIA IMPROCEDENTE.**

(AR 5.655/PA, 2ª Seção, DJe 22/08/2017)

Assim, permanece irretocável a incidência da Súmula 168/STJ à espécie, impondo-se a manutenção da decisão de indeferimento liminar dos embargos de divergência.

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, não prospera a alegação de ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, uma vez que o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ademais, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela

ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento à insurgência em razão da ausência de cotejo analítico a fim de comprovar a divergência jurisprudencial.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE N. 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608.

(RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTRAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa ao artigo 105, inciso III, da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente